

*Globalização e implosão do território*¹

Teresa BARATA SALGUEIRO
Departamento de Geografia
Facultad de Letras da Universidade de Lisboa

«Esta doble Granada, externa e íntima, universal y local, rica y pobre, activa y pasiva, es la que interesa al geógrafo.»

Joaquín BOSQUE, 1962

1. CONCEITOS

O conceito de cidades globais é já consensual, embora não o sejam os critérios a que deve recorrer-se para a sua identificação. Trata-se das cidades que concentram as funções de decisão, controlo e de gestão (económica e financeira) a níveis muito altos, praticamente mundiais. Representam simultaneamente a topo da hierarquia urbana mundial e nós importantes das novas configurações em rede.

Já o conceito de implosão na sua aplicação ao território coloca mais dúvidas. Segundo o dicionário Aurélio «é o conjunto de explosões que se combinam de tal maneira que os seus efeitos tendem para um ponto central». Para o Webster's trata-se duma quebra ou estouro para dentro em resultado duma forte compressão externa. Daqui retiraria que, aplicado ao território, implosão pode considerar-se uma acção localizada, espacialmente contida num determinado espaço, não reprodutora, determinada por uma forte pressão externa e cujos efeitos tendem para um ponto central. Este aspecto da implosão como centralização parece-me ter duas leituras. Numa primeira, representa-

¹ Este texto serviu de base à nossa intervenção numa Mesa Redonda do encontro «Lugar, Formação Social, Mundo» que decorreu na Universidade de São Paulo (Brasil) entre 8 e 10 de setembro de 1994.

da pelo nível macro das cidades globais, as sedes de decisão que são responsáveis em parte pela compressão espacial e pela nova divisão internacional do trabalho são as beneficiárias da implosão. Como diz Sassen o desenvolvimento das novas tecnologias da informação requer uma maior concentração do poder de comando e controlo e, portanto uma centralização acrescida da decisão. Numa segunda leitura, a nível local, a implosão pode ser vista como a valorização do lugar pois a destruição das paredes/barreiras por aquele processo contribui para a homogeneização do território e obriga cada centro a afirmar-se para sobreviver.

Assim, o processo de implosão do território implica uma articulação entre o global e o local no contexto da elaboração duma nova estrutura territorial que substitui a antiga devido a uma fortíssima compressão espacio-temporal.

A nova estrutura territorial é marcada pelo acentuar da polarização, pela emergência de novas configurações espaciais com a afirmação das cidades globais, cujo poder de controlo se estende por territórios muito vastos, e duma diferente importância dos lugares.

A polarização que também se verifica no domínio do social, traduz-se no aumento da distância entre espaços-territórios e grupos sociais. Em termos espaciais, acentua-se a clivagem entre cidades e regiões integradas em redes relativamente dinâmicas e territórios marginais, bem como, dentro das áreas urbanas, entre áreas reabilitadas e novas centralidades, por um lado, zonas abandonadas, por outro.

As novas configurações territoriais apresentam estruturas em rede em que predominam relações horizontais de cooperação que coexistem ou tendem a substituir as estruturas anteriores verticais de tipo hierárquico.

Em termos de lugares assiste-se a dois processos antagónicos de des-territorialização (no sentido que lhe dá Ortiz de desenraizamento) e re-territorialização pois que o espaço ao esvaziar-se por efeito da globalização permite o seu enchimento por objectos outros, idênticos em todos os lugares e portadores da cultura global homogénea. Perdem-se portanto muitas das referências específicas locais, o que provoca a sensação de desenraizamento, mas generalizam-se hábitos, padrões de consumo e valores.

A nova estrutura espacial aparece como consequência dos diferentes padrões de localização das actividades e das novas vantagens comparativas ou competitivas oferecidas pelos diversos lugares num contexto decisório global.

A Compressão Espaço-Temporal anda associada ao aumento da velocidade de transmissão da informação, muito acelerada nas duas últimas décadas com a entrada na Era Informacional, e tem como principais parâmetros o encurtamento do espaço pela redução do efeito da distância (Harvey, 1989, e Salgueiro, 1992) e a aceleração do tempo determinada pelo aumento da capacidade de acesso à informação e do seu processamento.

Esta compressão que acompanha uma fase de reestruturação do sistema económico permite a «opção global do investimento» de Castells e Hender-

son (1987) que aparece como a cúpula, o estádio mais avançado, da mundialização da economia e da vida social, inaugurada com o grande comércio marítimo aquando das Descobertas Ibéricas. Esta opção global refere-se às mudanças espaciais verificadas nos investimentos e à expansão do controlo organizacional por parte de grandes empresas transnacionais cuja existência depende da revolução nas tecnologias da informação. Alterações na organização da produção no sentido da desintegração vertical, fragmentação das linhas de montagem e estratégias de subcontratação permitem que diferentes fases do processo produtivo se realizem em pontos geograficamente distintos mas interconectados pelas redes de comunicações. As sociedades financeiras orientam cada vez mais negócios à escala internacional. O desenvolvimento de uma série de bolsas de valores com atracção internacional em diferentes longitudes (Nova Iorque, Londres, Frankfurt, Tóquio) garantem a execução de transações vinte e quatro horas por dia. As próprias sociedades de serviços e de distribuição surgem pulverizadas territorialmente. Dispondo de uma rede de filiais ou em associações de vários tipos, como por exemplo o «franchise», oferecem os produtos da sua marca em imensos lugares, por vezes a partir de sítios de produção próximos porque também o fabrico é disseminado. Deste modo, nos centros das maiores cidades e em importantes centros comerciais encontram-se os mesmos «Luis Vuitton», «Cartier», «Gucci», «Bennetton», «Pizza Hut» entre muitos outros, dirigidos a segmentos de clientela diferenciados.

As novas estratégias económicas são globalmente definidas, mas obrigam também o local a mudar, posicionando-se em face delas. As empresas perderam em larga medida a filiação nacional, as fronteiras políticas quase não são mais barreiras, e a exportação transnacional faz-se através da circulação de capitais, de processos de produção, de consumo, culturais, um pouco por todo o mundo de acordo com as necessidades ou vantagens do capital. Efectivamente, a globalização vai exigir espaços económicos de decisão supranacionais. Tal como a modernidade industrial do século XVIII levou ao estabelecimento de Estados Nacionais, a pós-modernidade dos finais do novecentos vai dissolvê-los em estruturas territoriais mais vastas.

Embora contribuam para a uniformização dos espaços e dos estilos de vida, as estratégias, que incidem no mundo como se ele fosse a tal «aldeia global» de que falava Tofler, exploram as vantagens comparativas dos lugares e têm como efeito o agravamento das disparidades. Pequenas «nuances» diferenciadoras em termos de salários, de qualificações, de nível de consumo, de serviços disponíveis são valorizadas nas escolhas para localização de tal ou tal investimento e, como tal, potencializadas. É por isso que a globalização simultaneamente desterritorializa e re-territorializa. É um processo homogeneizador actuando no pressuposto que existem diferenças as quais, por sua vez, se reforçam devido aquelas escolhas o que acentua os desequilíbrios e as desigualdades territoriais. A maior mobilidade dos investimentos acen-

tua a competição entre os lugares que procuram oferecer condições favoráveis à sua captação investindo em infraestruturas, na valorização dos seus recursos humanos e patrimoniais, produzindo-se assim espaços com características especiais (tecnopolos, cidades de ócio, centros financeiros, etc.) mas semelhantes entre si em diversos sítios.

A valorização de local aparece quase como uma condição de sobrevivência. Em termos económicos visa potenciar a atractividade dos lugares para investimento, para a residência, para o turismo; em termos sociais, o regresso ao local pode ser visto como a procura duma identidade numa sociedades consumerista pautada por hábitos e padrões de consumo bastante homogeneizadores, e pela profunda crise dos valores que caracteriza a nosso tempo.

Portanto, existem novas relações sociais-económicas e territoriais e novas configurações socio-espaciais, que resultam dum processo de articulação entre as esferas global e local e que passam por novas relações de força e de cooperação. Por um lado, destacam-se as estratégias macro políticas e económicas globais em que sobressaem as grandes empresas sem pátria, hoje mais poderosas que muitos Estados, e os EUA cada vez mais o polícia do mundo. Por outro lado, a nível local, vemos privilegiar o partenariado e formas de associação múltiplas e diferenciadas entre privado e público, empresas locais e empresas exteriores, como o objectivo de valorizar as potencialidades presentes.

O global afirma-se pela rasoira da homogeneidade enquanto o local joga na diferença, na especificidade, mesmo se muitas cidades se envolvem em acções de valorização que resultam semelhantes.

2. O QUADRO ANALITICO

Repescando o «complexo ecológico» de Dundan e Schnore que tinha quatro componentes básicas (Ambiente, a População, a Organização Social e a Tecnologia) sou tentada a partir da tecnologia como variável chave uma vez que é ela que contribui para a compressão espacio-temporal que está na base da implosão do território e, por outro lado, para a reestruturação económica. Isto último afeiçoa directamente o território que é um elemento da estrutura económica, mesmo que o seu uso e função tenham variado no tempo, mas também o modifica indirectamente a través da mediação do social. Aproximamo-nos assim das quatro esferas ou modelos de Milton Santos (o político, o económico, o social e o território) cuja interacção e retro-alimentação determinam as novas configurações socio-espaciais de forma mais total que os componentes do complexo ecológico. Apenas não incluímos explicitamente no esquema proposto (Fig. 1), o político, em parte porque a sua autonomia face ao económico nos parece menos e porque há mais indefinições nesta área.

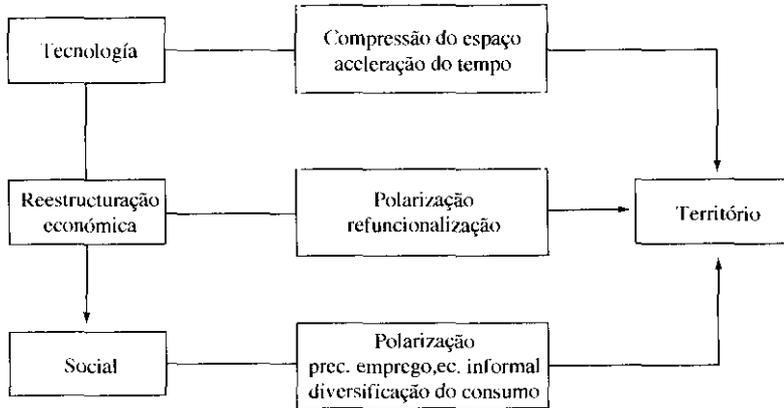


Figura 1. —Esquema explicativo.

A importância da tecnologia na implosão do território é indiscutível uma vez que a revolução na tecnologia das comunicações anula em larga medida o constrangimento exercido pela distância e abre caminho a novos padrões locativos e novas configurações territoriais.

A esfera económica interage directamente com o território principalmente através de dois processos, o polarização e a refuncionalização. A polarização refere-se ao aumento das desigualdades, à formação de cidades globais e à marginalização agravada de muitos territórios. A nível urbano assiste-se à proliferação da ocupação da periferia e das franjas com a construção de habitações, equipamentos de lazer, parques de escritórios ou industriais, e grandes superfícies comerciais, bem como à revalorização de muitas áreas da cidade interior onde os edifícios se destinam a acolher apartamentos de luxo, escritórios de empresas performantes, muitas vezes com fortes ligações internacionais, comércio e serviços sofisticados. Os ocupantes podem ser estrangeiros bem como os proprietários dos imóveis e os próprios promotores do empreendimento, uma vez que o negócio imobiliário se internacionalizou e os imóveis se tornaram numa forma alternativa para a colocação de capitais. A Richard Ellis está quase numa centena de países, os promotores espanhóis, suecos, ingleses e em menor escala franceses ou brasileiros transformam as avenidas da viragem do século no novo centro de negócios de Lisboa, substituindo o prédios arte nova, arte «déco» e do primeiro modernismo por arrojadas formas pós-modernas. Mas, por outro lado, multiplicam-se os sem-abrigo, a habitação social dos anos 60 degrada-se, importantes espaços urbanos são votados ao abandono pela obsolescência das estruturas que os ocupam e a cessação de actividades, degradam-se os equipamentos de transporte colectivo e agravam-se os níveis de

poluição e as condições de mobilidade derivadas do maior uso do automóvel privado.

A ocupação da periferia continua mais contida na Europa do que nos Estados Unidos, apesar da evolução que tem registado nos últimos tempos em direcção a padrões de ocupação menos densos e cobrindo áreas mais vastas. Mesmo em Portugal, onde a taxa de motorização continua modesta, é visível a propensão para a ocupação periférica por actividades da indústria, do comércio e dos serviços, bem como a multiplicação das segundas habitações em territórios afastados.

A refuncionalização está intimamente ligada com as alterações na organização da produção, concretamente com a segmentação espacial facilitada pelo uso das novas tecnologias da informação que levam a uma diferente avaliação/apreciação das vantagens locativas dos lugares e a novas formulações estratégicas. Ao separar lugares de decisão, de investigação e de inovação, de operações sofisticadas e de tarefas repetitivas e rotineiras, a organização económica contribui directa e decisivamente para a polarização do território a todas as escalas, metropolitana, regional, nacional e global.

De modo indirecto as mudanças na organização do território são determinadas por alterações no social. Em primeiro lugar, devemos referir que o processo de polarização também se faz sentir no domínio social e que as nossas sociedades caminham aceleradamente para a dualização, em larga medida à custa do esvaziamento dos grupos intermédios que floresceram com o regime de acumulação fordista. «Yuppies» ou similares, novos grupos profissionais e técnicos são a clientela para os apartamentos de luxo, para o lazer sofisticado, para o comércio e a restauração de elevado «standing». Cultivam e difundem os novos modelos de consumo e novos estilos de vida opulentos.

No outro extremo da escala cresce a exclusão social e fala-se em «novos pobres». A população marginalizada, os excluídos de hoje são substancialmente diferentes dos imigrantes rurais chegados à cidade nos anos sessenta que se acumulavam nos bairros de barracas ou, quando mais afortunados, nos clandestinos. A actual exclusão envolve, fundamentalmente, a população segregada pelo mercado de trabalho devido às mudanças nas qualificações exigidas por este, e populações imigrantes provindas de outros países. No primeiro caso trata-se de jovens com pouca qualificação em busca de emprego e desempregados de longa duração sem esperança de encontrar trabalho, que foram colocados nesta situação devido ao encerramento de fábricas ou ao despedimento massivo de trabalhadores, desqualificados pela introdução de novas tecnologias e não reconverteis. As populações imigrantes são constituídas principalmente por Africanos (negros ou norte-africanos) e Asiáticos (indianos e paquistanese) o que dá uma muito maior heterogeneidade cultural aos bairros pobres e coloca problemas de integração e de relacionamento entre comunidades.

Portugal foi sempre um país de emigrantes, mas conheceu trabalhadores

africanos imigrantes na segunda metade dos anos 60 quando a mão de obra de Cabo Verde foi importada para a construção civil onde faltavam os operários pouco qualificados que a emigração para a Europa tinha levado. Com a descolonização, em 1975, e depois com a integração europeia, em 1986, Portugal tornou-se um receptor importante de imigrantes que aqui se procuram fixar (caso dos africanos das ex-colónias e alguns indianos) ou usam o país como porta de entrada na Europa, caso de marroquinos, alguns paquistaneses e brasileiros, entre outros.

Estas populações habitam bairros de barracas da cidade ou da periferia, bairros degradados e antigos da área central ou habitações sociais dos anos 70, quando não se vêem relagados para a situação de «sem-abrigo», situação onde os imigrantes não são todavia muito importantes.

Os bairros de barracas e alguns de habitação social são os mais marginais do ponto de vista urbanístico e neles se verificou aumento do consumo e tráfego de droga nos anos 80 e 90 o que vem agravar os problemas e também introduzir disparidades económicas e mecanismos complexos de poder e controlo dentro dos próprios bairros. Relacionados com estes, mas também com a deficiente integração socio-cultural e a falta de empregos viu-se crescer nos bairros suburbanos, não necessariamente de barracas, problemas de criminalidade e xenofobia relacionados com «gangs» de jovens filhos de imigrantes que se atacam mutuamente e aos outros cidadãos e danificam equipamentos públicos, principalmente escolas e material de transporte.

Otro processo da transformação socio-económica refere-se à precarização do emprego e à desqualificação de muitas tarefas. Se o último aspecto é caminho para o desemprego o prazo como vimos, e para uma redução relativa nos salários, a precarização traduz-se principalmente na redução dos horários, na proliferação de formas de trabalho sem vínculo e sem integração na segurança social, nos contratos temporários e a tempo parcial.

A precarização do emprego e o não trabalho andam associados à proliferação da economia informal que nas sociedades Mediterrânicas sempre foi importante. Apesar de ter registado um nítido recuo na década de 60 e principalmente de 70 ela voltou a florescer com a crise que marcou o findar desta década, pelo menos no caso Português, e encontra-se presente em muitas áreas de actividade, da indústria aos serviços, assumindo várias formas.

A existência de novos pobres, os conflitos que geram ou se sentem latentes, algumas formas de explosão social (habitantes dos bairros suburbanos franceses, contestação de jovens do secundário, mesmo as novas formas de xenofobia e racismo) fazem sentir a necessidade de uma nova política social, de um reforço (de novo) da intervenção estatal, embora em novos moldes.

A adopção de um modelo político neo-liberal e centralista, apesar das grandes conquistas da administração local no pós 25 de Abril, levou à secundarização da problemática social, hoje bastante grave em resultado dos efeitos conjugados das crises internacionais e dos custos de adesão à União Europeia.

Parte importante dos recursos públicos é gasta em equipamentos urbanos mas de forma selectiva, servindo os interesses da economia hegemónica «moderna» e das camadas sociais dominantes. Podem dar-se como exemplo os enormes investimentos em auto-estradas e telecomunicações que, sendo sem dúvida necessários para todos, servem primeiro os interesses das novas empresas e do mundo empresarial, as alterações às leis laborais (fim da contratação colectiva, do salário mínimo), os subsídios a empresas para equipamento e formação, ou a requalificação das zonas urbanas. Se na cidade de Lisboa, onde uma administração socialista tem desenvolvido uma acção positiva nos bairros antigos tendo por objectivo melhorar as condições habitacionais do parque imobiliário e manter tanto quanto possível os residentes, acção todavia lenta e demorada, a iniciativa privada vai criando áreas nobilitadas («gentrification») através da expulsão de residentes em vários locais, e grandes investimentos públicos são postos ao serviço da substituição de usos para conseguir uma utilização mais rentável do solo, como se está a fazer na zona oriental da cidade a pretexto da Expo 98, ou no território do porto de Lisboa.

3. OBSERVAÇÕES FINAIS

Para finalizar gostaríamos de salientar alguns aspectos e perplexidades que a nova estrutura socio-espacial coloca.

Em primeiro lugar, ela afirma-se através do acentuar das desigualdades sociais e espaciais. Se os mais ricos são-no cada vez mais e os pobres mais numerosos e mais pobres, também se vêem alargar os territórios que ficam marginalizados do progresso/desenvolvimento.

No caso português, para além das duas áreas metropolitanas e de mais alguns trechos do litoral, a desertificação progrediu na última década e vai continuar no interior centro e sul com a integração europeia e o abandono de toda e qualquer política agrícola. Depois do esvaziamento fazem-se intervenções pontuais nalguns lugares com valor paisagístico para aproveitamento turístico, ou para ceder a «lobbies» da indústria têxtil, pois o resto fica entregue à floresta ou será explorado para turismo cinegético.

No próprio interior das áreas metropolitanas estes mecanismos de dualidade actuam acentuando dicotomias centro periferia, leste-oeste, e passam dos bairros aos centros comerciais e aos restaurantes acompanhando a apropriação simbólica e a valorização diferenciadora de todos os pedaços do território mercantilizado.

Em segundo lugar gostávamos de sublinhar a existência de tendências contraditórias de homogeneização e de diferenciação. A quebra das barreiras, a difusão das infraestruturas oferece um território bastante homogéneo ao investimento, tanto mais conveniente quanto o capital adquiriu uma enor-

me mobilidade. Mas nesse território as cidades-regiões competem umas com as outras para afirmar a sua diferença. Para isso procuram valorizar os recursos endógenos, empreendem diversas iniciativas e fazem investimentos que acabam por as tornar semelhantes. Todas as cidades que se prezam oferecem mega-complexos de escritórios, pólos tecnológicos para atrair indústrias de ponta, zonas de lazer, grandes centros comerciais, parques de diversões, acolhem acontecimentos internacionais, seja desportivos ou culturais.

As novas organizações do comércio e muitos serviços pessoais, quer através da abertura de sucursais, quer pelo recurso a contratos de franchise contribuem fortemente para reforçar as semelhanças e tornar parecidas as paisagens das áreas de negócios da maior parte das cidades: são os mesmos hotéis, as mesmas lojas, os mesmos restaurantes que oferecem a mesma decoração, os mesmos artigos, a mesma qualidade de serviço por um preço equivalente em todo o lado. Esta homogeneidade facilita as deslocações de pessoas e do capital, mas como o consumo se tornou um objectivo, um sinal de identificação que recusa a realidade (Baudrillard, 1991), mas em que cada pessoa é aquilo que consome e se estendeu dos bens aos sítios, a emulação leva os grupos dominantes a procurar afirmar o seu estatuto pelo consumo constante de coisas novas, sejam elas bens ou paisagens. Daí a constante mudança dos artigos solicitados á produção ou dos sítios produzidos para frequentar porque são moda.

Este impulso contraditório que se encontra na dialéctica entre a padronização dos hábitos de consumo e a sua diferenciação leva a uma segmentação da clientela cada vez mais fina e definida por um cruzamento de variáveis etárias, sociais, financeiras, culturais e de estilos de vida.

Finalmente, também se pode apontar alguma perplexidade em termos de *paradigma explicativo*. Pode considerar-se geral a *tendência para explicar* a evolução das nossas cidades á luz dos processos ocorridos nos países capitalistas mais avançados. como uma repetição, com algum atraso, destes. Esta posição pressupõe uma relação directa entre as formas espaciais e o desenvolvimento capitalista, bem como um sentido único e positivo para a evolução humana, integrado numa série de «grandes narrativas». A sua luz as formas socio-espaciais dos países periféricos que não se ajustavam aos modelos norte-americanos eram simplesmente remetidas para a condição de «sobrevivências pré-industriais» em vias de desaparecimento à medida que o modelo industrial se fosse consolidando. Na mesma linha, é comum associar a cultura pós-moderna ao capitalismo, vendo nela a lógica cultural do capitalismo tardio (Harvey, Jameson).

No entanto, se nos detivermos principalmente sobre os aspectos culturais e socio-urbanísticos associados à globalização verificamos que muitos dos elementos identificados como de pós-modernidade urbanística ² (diversida-

² Hassam (1985) retomado por Harvey (1989).

de, espontaneidade, integração flexível) correspondem de facto à generalização de formas típicas, no sentido de usuais, das cidades do sul da Europa e de outras regiões periféricas, que os autores norteamericanos apelidavam de pré-industriais, o que nos permite afirmar com Lentiduo (1993:963) que «o pósmodernismo não é uma realidade nova produzida pelo pósfordismo mas uma alternativa cultural ao modernismo». Esta autora vai mais longe ao defender que esta alternativa tem sido elaborada nas cidades do sul da Europa e em outras periferias e tende a passar a cultura dominante com a difusão do pósFordismo.

Os aspectos mais importantes desta tese baseiam-se na importância que o sector informal assume na produção do espaço e na economia urbana do sul da Europa. A informalização nota-se principalmente na ausência do planeamento físico e na construção casuística da cidade daí decorrente, na importância e vitalidade da construção clandestina, o principal consumidor do cimento produzido na segunda metade da década de 70 em Portugal quando o sector formal da construção parou, e numa certa diferenciação vertical de usos que, ao contrário do zonamento rígido de tradição anglo-saxónica, faz as nossas cidades apresentarem uma combinação mais intrincada de funções. A habitação subsiste na Baixa lisboeta e tem muito maior presença nas outras cidades, naturalmente, muitas profissões são exercidas a partir da residência (desde cabeleireiras a electricistas ou contabilistas) ou ocupam andares em edifícios de habitação que por esse facto passam a ter um uso misto, caso de consultórios médicos, escritórios de advogados e de numerosas profissões liberais, agentes importadores e exportadores, entre muitos outros. Costumamos designar por terciário difuso esta forma de ocupação porque as actividades aparecem mescladas com o tecido habitacional e dispersas em diversas áreas da cidade, por contraponto à concentração oferecida pelos novos edifícios de escritórios erguidos em áreas bem delimitadas da coroa do centro ou nos parques de escritórios na periferia. Outro aspecto que contribui para acentuar a diversidade funcional refere-se à força do comércio em parte informal, em parte integrado na economia formal, mas representando quase sempre uma atitude que privilegia a pequena empresa própria, muitas vezes familiar, em detrimento do emprego por conta de outrem.

No comércio reside talvez um dos elementos que mais fortemente contribui para tornar semelhantes todas as cidades e que simultaneamente combina formas mais diferenciadas e alternativas de oferta. Hoje todas as cidades dispõem de um comércio «formal» que tende a essemelhar-se pelos bens que oferece, pelas marcas presentes, pela mesma paisagem decorativa que cria, mas registam também um «comércio informal» com enorme vitalidade e com grandes semelhanças na sua aparente diversidade.

Dos imensos vendedores de pouca quantidade de mercadoria no chão das ruas de Moscovo ou do Maputo aos carrinhos dos vendedores de Hong-Kong ou do Rio, aos mercados de artigos exóticos ou «antigos» de Nova Ior-

que ou Londres, nas ruas das grandes cidades encontra-se uma pujante e variada oferta que vai dos bens alimentares ao artesanato urbano, dos produtos industriais locais a artigos importados, que canaliza pequenas produções familiares ou saída das fábricas, artigos roubados ou adquiridos.

A economia informal parece florescer sempre que a economia formal entra em crise e que os controlos são menores. A industrialização em Portugal nunca foi suficientemente completa e profunda para a ter feito desaparecer, mas em termos de produção do espaço urbano o crescimento da construção informal acompanha a expansão do capitalismo industrial de produção em massa. Depois volta a crescer com a crise do investimento que se segue ao 25 de Abril quando numerosas empresas abriam falência, época além do mais propícia à expansão desta actividades devido ao menor rigor fiscalizador do Estado, tal como acontece hoje em dia nos países do Leste Europeu.

Outro aspecto comum a todas as grandes cidades é dado pelo aumento da pobreza, particularmente visível através do crescimento dos sem-abrigo que ocupam as noites das ruas dos centros urbanos.

Portanto os elementos da cultura alternativa ao modernismo não podem de facto ser rotulados de pré-industriais mas são elementos ressurgentes que aparecem em contextos económicos e sociais determinados, marcados principalmente pelo enfraquecimento do poder do Estado, por problemas de inserção no mercado do emprego e da habitação, e pela reestruturação do processo de trabalho, com apelo a novas qualificações e desvalorização das anteriores.

Os novos desenvolvimentos da sociedade e o aparecimento de certas situações e comportamentos em estádios de desenvolvimento diferentes fez perder pertinência á dualidade entre elementos pré-industriais e industriais, ou entre estes e os pós-industriais até porque muitas sociedades passaram de economias pré-industriais a pós-industriais sem conhecer uma industrialização completa. Isto corresponde de facto à perda de credibilidade dos grandes quadros unificados de explicação (as grandes narrativas de Lyotard) e conduz-nos à necessidade de buscar explicação próprias para as especificidades das evoluções locais. No fundo os paradigmas pós-modernos da Geografia remetem-nos também para a pesquisa da interação entre a especificidade do desenvolvimento local e as tendências homogeneizadoras da globalização. Neste desafio reside certamente muito da riqueza e diversidade da Geografia neste final do século xx. E assim, nada melhor que rematar com o professor Bosque Maurel (1986): «El cada vez más correcto, profundo y estimulante estudio del fenómeno urbano es una prueba de la capacidad de la geografía por adaptarse a las necesidades más y más complejas de las ciencias socioespaciales. Y todo ello dentro de una diversificación conceptual y metodológica que demuestra su profunda vitalidad.»

REFERÊNCIAS

- BAUDRILLARD, J. (1991): *A Sociedade de Consumo*, Lisboa, Edições 70.
- BOSQUE MAUREL, J. (1962): *Geografía Urbana de Granada*, Zaragoza, Instituto Juan Sebastián Elcano.
- (1986): «El espacio urbano. Evolución y cambio en Geografía Urbana», en BALLESTEROS, A. (coord.), *Teoría y Práctica de la Geografía*, Madrid, Ed. Alhambra, pp. 259-283.
- CASTELL, M. (1991): *The Informational City*, Oxford, Blackwell (1.ª ed., 1989).
- HARVEY, D. (1989): *The condition of Postmodernity. An enquiry into the origins of cultural change*, Oxford, Blackwell.
- HENDERSE, J., e CASTELLS, M. (eds.): *Global Restructuring and Territorial Development*, Londres, Sage Publ.
- LEFEBVRE, H. (1981): *La Production de l'espace*, París, Anthropos (1.ª edição, 1974).
- LEONTIDOU, L. (1993): «Postmodernism and the city: Mediterranean versions», *Urban Studies*, 30(6), pp. 949-965.
- LYOTARD, J.-F.: *A condição Pós-Moderna*, Lisboa, Gradiva (trad. de 1989).
- SALGUEIRO, T. Barata (1992): «O mundo está cada vez mais pequeno», *I Congresso da Geografia Portuguesa*, Lisboa, Associação Portuguesa de Geógrafos.
- SANTOS, M. (1989): *Espace et Méthode*, París, Publisud.
- SASSEN, S. (1991): *The Global City. New York, London, Tokyo*, Princeton, N.J., Princeton University Press.